

GDF expõe atuação de serviço secreto

Sebastião Pedra

Malu Pires

O movimento pela autonomia política de Brasília foi acompanhado de perto pelos órgãos de inteligência da Secretaria de Segurança Pública de 22 de fevereiro de 1981 até 27 de novembro de 1986. A espionagem às atividades de pessoas envolvidas na luta pelas eleições diretas está comprovada na ficha com os dados da vida política do deputado Carlos Alberto Torres (PPS), entregue ontem ao parlamentar pelo secretário João Manoel Brochado.

O documento entregue ao parlamentar, sob a denominação de "certidão", é uma prova histórica da resistência dos órgãos de repressão à instituição das eleições diretas na cidade e da importância que davam ao tema. Com riqueza de detalhes, como dia, mês e ano em que aconteceram as manifestações, a ficha do deputado serve como cronograma do movimento, cobrindo um período de cinco anos.

Acompanhando a vida do parlamentar pode-se saber, por exemplo, que em 22 de fevereiro de 1981 o Comitê Pró-Representação Política do DF, realizou na Praça dos Encontros, em Ceilândia, uma manifestação "patrocinada pelo PMDB e associações comunitárias". Em 23 de abril do mesmo ano houve um ato público defendendo as diretas no Setor Comercial Sul. Já em 19 de outubro, o Sindicato dos Hoteleiros e Similares, através de carta, é comunicado da votação em 16 de novembro, pelo Congresso, do projeto que previa representação política no DF.

Ainda em 1981, o relatório lista que em 8 de novembro houve em Ceilândia, na Praça do Encontro,

manifestação em apoio ao projeto que tramitava no Congresso, de autoria do deputado Alceu Collares (PDT/RS), hoje governador do Rio Grande do Sul. Em 10 de novembro os empresários aderem à luta com a realização de uma reunião de apoio à idéia na Associação Comercial do DF.

A ficha esclarece, ainda, que, ao contrário do previsto, o projeto de representação política do DF não foi a votação dia 16 de novembro, mas em 12 de novembro e que coube ao PDS a responsabilidade pela derrota da matéria em plenário. "No plenário da Câmara dos Deputados, reuniram-se cerca de 40 pessoas nas galerias e saguão de entrada, para criticar os parlamentares do PDS, por não haverem comparecido à votação", afirma o relatório da SSP.

O ano de 1982 é marcado pela votação da emenda do ex-deputado Maurício Fruet (PMDB/PR), que previa a representação política para o DF. A matéria foi derrotada no plenário de 26 de maio. Em 1984, com o movimento das Diretas-já, houve a realização de novas passeatas e atos públicos, e, em 29 de novembro de 1985, a Associação dos Lojistas do SDS amplia o número de entidades engajadas na luta.

Este acompanhamento das atividades é realizado em 1986. A ficha do deputado Carlos Alberto para em 1987. Data da desativação da investigação política pela Divisão de Informações e início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. As eleições diretas para governador, deputados federais e distritais e senadores foram aprovadas pelo Congresso em 1988.



O secretário João Brochado entregou a ficha do deputado Carlos Alberto, que contém informações sobre sua vida política

Brochado libera os arquivos

O secretário João Manoel Brochado envia à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção DF, na próxima semana, relatório contendo os dados da Secretaria de Segurança Pública sobre os quatro desaparecidos políticos de Brasília: o líder estudantil Honestino Guimarães, os alunos da Universidade de Brasília, Ieda Delgado e Paulo de Tarso Celestino, e o membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Walter Ribeiro.

A decisão foi anunciada ontem durante entrega da ficha do deputado Carlos Alberto Torres (PPS). Há 21 dias o parlamentar solicitou à secretaria as informações colhidas pelos órgãos de inteligência sob sua responsabilidade. O documento entregue por Brochado contém 110 apontamentos e mostra que de 20 de maio de 1971 a julho de 1987 Carlos Alberto teve sua vida política investigada.

Por solicitação do deputado, o secretário Manoel Brochado se comprometeu a conversar com o governador Joaquim Roriz sobre a transferência dos arquivos de re-

pressão política da Secretaria de Segurança para o Arquivo Público do DF. "Cabe ao Governador, de acordo com a Lei, deliberar sobre o assunto", disse, ressaltando que o fato das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros serem, constitucionalmente, ligados à União "pode dificultar".

A transferência dos documentos da secretaria para o Arquivo Público é uma reivindicação do grupo Tortura Nunca Mais. Seu representante no DF, Norton Guimarães — irmão de Honestino Guimarães — afirma que com esta medida seria feito o "resgate histórico do período da repressão política em Brasília".

Hoje, o acesso a estas informações é garantido pelo habeas data, que garante ao cidadão ter conhecimento das informações do Estado à seu respeito e não inclui os familiares dos desaparecidos. "Pode ser que os dados da secretaria não esclareçam o que aconteceu com os desaparecidos, mas pode levantar pistas e dar indicações", assinalou Norton Guimarães. (M.P.)

Sant'Anna diz que Federal tem dossiê

Os documentos da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Educação, elaborados durante o período de repressão política a professores, alunos e funcionários, estão "sob responsabilidade do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI)", hoje Departamento de Polícia Federal. A informação foi dada ontem pelo secretário de Governo do DF Carlos Sant'Anna, ministro da Educação do Governo Sarney em 1988 e 1989.

Segundo ele, o presidente Tancredo Neves, após sua eleição em 1984, estabeleceu em seu programa de governo a extinção das divisões de segurança e informações — DSIs — que existem em todos os ministérios, assim como do Serviço Nacional de Informações (SNI). Com sua morte e a posse de José Sarney estas duas estruturas permaneceram no organograma do governo, mudando, oficialmente, sua função.

O SNI foi extinto no Governo Collor mas as DSIs permaneceram

na estrutura administrativa federal. "Não sei como funcionam hoje, mas à minha época a DSI do MEC era um órgão de assessoria ao ministro, um serviço de inteligência que informava sobre a insatisfação salarial de professores e a realização de greves, apontando suas causas e fornecendo sugestões para contornar estes problemas", ressaltou.

Transferência

Sua atuação era específica à área de educação com o objetivo de "subsidiar estratégias e planejamento" do setor. "Não existia nada relativo ao controle político ou ideológico de professores ou alunos", contou Sant'Anna, assinalando que já em 1988 os arquivos de repressão deveriam estar em poder do SNI.

A transferência dos arquivos do MEC para o SNI pode ter se realizado em 1985, durante o Governo João Figueiredo. Na sua gestão foi aprovada a emenda constitucional nº 26, que convocava a Assembléia Nacional Constituinte e definia a

anistia a professores, alunos e funcionários prejudicados por motivos políticos, lembrou o secretário de Governo.

Suas informações são confirmadas pelo professor da Universidade de Brasília, José Geraldo Souza, que trabalhou na comissão de anistia de professores em 1986. "Dos 100 processos que envolviam cerca de 500 pessoas, à época, nenhum continha informações da DSI. Os documentos dos autos eram trazidos pelos interessados, ou vinham, diretamente, das universidades federais", afirmou o professor.

Estes documentos das universidades foram recolhidos nas assessorias de segurança e informações (ASIs) locais para demonstrar a perseguição política na paralisação das carreiras dos docentes, disse.

"A DSI do MEC era um órgão com ligação direta ao gabinete do ministro. Não foi acionada por este motivo e porque as provas obtidas por outros meios eram suficientes para deir os processos", assinalou José Geraldo Souza. Ele traba-

lhou na Comissão de Anistia durante a gestão dos ministros Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Carlos Sant'Anna.

ASI

Tanto as assessorias de segurança e informações das universidades como as divisões de segurança e informações dos ministérios, lembrou o professor que eram órgãos ligados ao SNI. "Sua atuação causou demissões, impediu contratações, promoções, nomeações, fez com que as pessoas não tivessem uma ascensão profissional normal por motivos políticos", assinalou.

"O trabalho que a UnB faz agora — e que se iniciou durante a gestão de Cristóvão Buarque — é pioneiro no País. A abertura dos arquivos da ASI ao público pode mostrar como se deu o desmonte de departamentos de ponta na universidade como a música e a arquitetura", garantiu, ressaltando que a explicação para as constantes crises universitárias está na análise dos documentos. (M.P.)